

OCCIDENTALIZAÇÃO, FIN DE LA GUERRA FRÍA Y RELACIONES INTERNACIONALES

Francisco Javier Peñas Esteban, Madrid, Alianza, 1997, ISBN 84-206-2867-0

A presente obra de Francisco Peñas Esteban, que o mesmo indica ter sido levada a cabo no âmbito da sua docência de Ciência Política da Universidade Autónoma de Madrid, reflecte uma matriz interdisciplinar que as Relações Internacionais cada vez mais assumem e que é imprescindível para compreender um sistema internacional em mudança acelerada, como faz notar constantemente o autor ao longo da obra.

Ocidentalização, fim da Guerra Fria e Relações Internacionais, intitula a obra e escore a dialéctica onde a mesma se insere. No marco das relações internacionais como espaço relacional efectivo e teoria do mesmo, Peñas Esteban quer mostrar como se tem assistido continuamente a um processo histórico de homogeneização civilizacional, cujos inícios se podem situar pelo século XVI, correspondendo a uma expansão da ocidentalização ideologicamente identificada muitas das vezes como modernização/modernidade. A Guerra Fria é nesse sentido o enfrentamento não só geopolítico, mas também sistémico entre a corrente principal da modernidade e uma ideologia universalista distinta que bebe nas vias de resistência ao assalto da civilização ocidental. Essas vias de resistência foram precisamente aquelas derrotadas na Guerra Fria pelo processo de ocidentalização e que levaram paradoxalmente a uma maior globalização sistémica, mas ao mesmo tempo a uma maior indefinição: "Homogeneização sistémica e instabilidade foram indo de mão dada (p. 353)."

Na verdade, o mundo pós-guerra fria concita a sobreposição de três lógicas que não são novas, mas que se acentuaram na sua mútua influência conflictual. Temos em primeiro lugar a lógica dos Estados, herdada da Paz de Vestefália. Em segundo lugar, a lógica do global, da economia planetária e das comunicações instantâneas. Em terceiro lugar, aquilo que o autor designa por lógica dos súbditos, os quais reaparecem na cena internacional com grande capacidade para reconhecer e articular valores próprios e autónomos (pp. 244-245). O autor acaba por privilegiar o nível dos Estados, por que "seguem

sendo os detentores do monopólio da violência e do território e é mais provável que em caso de conflito os estados prevaleçam sobre a globalização da economia do que esta sobre aqueles e porque, por outro lado, está ainda longe o dia em que os cidadãos transfiram a sua lealdade a uma república universal” (p. 15). É claro que o autor não ignora que os Estados não são iguais, que há uma hierarquia de poder, como também não ignora que a capacidade autónoma dos Estados decresceu. Sustenta, porém, que a soberania como princípio legal de ordem é ainda completamente efectiva.

O que não fica totalmente aclarado na obra é como se pode conjugar este nível dos Estados, que o autor faz corresponder ao tempo histórico conjuntural, com o nível de tempo intermédio correspondente ao enfrentamento sistémico da Guerra Fria, nem com o tempo longo, de extracção braudeliana, o tempo do processo de ocidentalização. E não fica claro, uma vez que o autor submete o seu discurso a uma divisão algo cortante, que nunca irá reintegrar claramente: o tempo longo e os grandes relatos (sic) sobre o mesmo são referidos uma primeira parte; a segunda parte trata da Guerra Fria, do pós-Guerra Fria, e dos novos protagonistas; e numa terceira parte procede a uma avaliação da relação do Ocidente com o Outro. Obviamente, que dado o peso que tem na obra o processo civilizacional e a maneira como se escora metodologicamente a divisão em partes e capítulos, o leitor fica sem saber bem como podem ainda os Estados serem actores privilegiados. Aliás, o próprio autor acaba por dizer que os princípios oriundos da Paz da Vestefália podem ter ficado obsoletos, entre outras razões porque se a base da ordem mundial é a lógica civilizacional, os princípios de soberania, não ingerência, etc, poderão ter que ser revistos. Em que é que ficamos? A desconexão entre os três níveis de análise temporal não é resposta, porque cada um se repercute nos outros, tal como Peñas Esteban ele próprio reconhece, ao pretender ir mais além do discurso realista clássico da Razão de Estado e lógica da estatalidade, a que sobrepõe uma razão e um interesse civilizacional (p. 16).

Apesar disto, trata-se de uma notável síntese que faz o ponto da situação do que enfrentamos hoje no sistema internacional, das distintas respostas analíticas que diferentes teóricos lhe tem dado, das virtualidade e deficiências das mesmas. Sobretudo da incapacidade teórica estrutural, mais que prático-conjuntural, dessas res-

postas analíticas para circunscreverem os novos desafios. É notável o retrato que traça na primeira parte dos grandes relatos teóricos que pretendem explicar o processo de expansão da modernidade ocidental. E é notável, porque o autor consegue fazer ressaltar como os grandes relatos de Toynbee, McNeill, Von Laue, Wallerstein, entre outros, nas suas diferentes modalidades, não conseguem superar a parcialidade com que dão o processo de ocidentalização como constituído, como algo que de alguma maneira teria que suceder, ou que, pelo menos, os grandes rasgos da modernidade ocidental nas diferentes vertentes ter-se-iam conjugado como que naturalmente para produzir essa mesma modernidade. Um enquadramento político e um outro económico haveriam de conformar com certeza aquilo que realmente veio a suceder. Talvez influenciado por Rorty, que cita, o autor parece querer fazer ressaltar a modernidade ocidental em *statu nascendi*, na conjugação fortuita de factores que acabaram por dar o que deram. Ainda assim, o autor não assume totalmente essa via e valoriza a importância dos grandes relatos. Estamos em crer que poderia seguir uma outra via, as das características disposicionais que determinados factores históricos induzem. Embora esses mesmos factores tivessem eles mesmos sido contingencialmente originados, no melhor, disposicionalmente originados. Nesta perspectiva, existe quanto muito uma espécie de teleologia branca em que as características disposicionais de determinados fenómenos históricos são fruto da contingência, ocorrem, mas não simplesmente ocorrem, porquanto há outras disposições indutoras que também estão na sua génese, estas últimas também originadas de acordo com a mesma lógica. Esta perspectiva invalida que se vá de disposição em disposição recorrendo à história e dando-lhe um sentido conectivo naturalizado, uma vez que a disposição é um mero invólucro de possibilidades que se tem mais do que actualizar, criar realmente e esse mesmo invólucro de base de possibilidades é ele também historicamente originado e não depende de uma meta-disposição formal originária e originante. Analogando à perspectiva pragmatista sobre os sistemas de crenças, poderemos dizer que estes não são mais que um constante retercer de crenças sobre as crenças instituídas, que por sua vez dependem de outras anteriormente instituídas. Os sistemas de crenças instituídos disponibilizam cores, padrões, figuras, mas nada dizem de como

hã de ser retécidos os padrões e as figuras existentes. São meros indicadores de que as próximas criações não são *ex nihilo*, embora possa surgir variantes verdadeiramente novas tomadas em conjunto com outras marcadas pelas já instituídas. As criações instituídas não podem determinar o novo, exactamente porque o seu sentido também já vinha subdeterminado, i.e., só historicamente, contingencialmente determinado.

Dizer que há um sentido disposicional originante e conformador, o de que o homem é movido por sistemas de crenças que se retecem, ou no nosso caso bem mais prosaico, do processo de ocidentalização, de que há precursores emergentes que poderão vir já desde a Grécia e que quando conectados naturalmente originam o que originaram, é enveredar por uma proposição ontológica forte (mas circular e vazia) que tem de ser provada. Essa proposição se quer apresentar credenciais empíricas só pode ser um fim de percurso e não um seu início, caso contrário incorre em petição de princípio, porquanto os precursores são constituídos historicamente e só historicamente podemos depois afiançar que são ou não legítimos precursores. Assim não sendo, são de forma pura e simples ostensivamente pressupostos. O que não teria mal algum, não fosse a carga empírica a priori (?) que essa proposição pretende apresentar. Se ainda assim ficar a ideia de que há apesar de tudo disposições de sentido na história sempre prontas a conectarem-se, tal como na nossa analogia o homem é sempre movido por crenças que se vão retecendo, não fica mais que um proveito trivial e de escassa substância, porque o que importa é averiguar historicamente que efectivos nexos de sentido eram esses e como se conectaram, ou que efectivos sistemas de crenças eram esses e como foram retécidos.

Sobre o processo de ocidentalização, esta obra quase nos diz isto, mas permanece apenas no quase. Não obstante, nesse quase é um instrumento riquíssimo de informação, análise e síntese para quem quer compreender hoje as relações internacionais, introduzindo uma dimensão teórica muito actualizada e de elevado nível, brilhantemente comprovável no capítulo VIII da Primeira Parte, intitulada "Falhas e Movimentos Tectónicos", onde conecta de forma superior o par homogeneização/emergência conceptualizado por James Clifford, para responder ao carácter bifronte da globalização, com a sua própria reflexão sobre o progresso da ocidentalização

confrontado hoje mais do que nunca com o distinto, que ante o assédio homogeneizador, reiventa e traduz tradições e valores, usando para isso também dos recursos que a ocidentalização coloca ao seu dispor (pp. 164-165). Pena é que este tema não seja depois mais desenvolvido, mas o pendor sintético da obra obviamente não o poderia permitir sem pôr em risco a economia do discurso. Por fim, de salientar o notável apêndice bibliográfico que a obra apresenta e com o qual o autor trabalha na totalidade. Em suma, estamos diante de um autor e de uma obra que mereciam uma cuidada tradução em Portugal.

António Horta Fernandes